



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA DO CONTENCIOSO**

Of.PROCONT/PGE nº 023008/2022/2016.01.007672.  
2022.

Florianópolis, 16 de setembro de

**ASSUNTO PRINCIPAL: Improbidade Administrativa - Devolução valores, multa, perda direitos políticos - Servidor Público**

**AUTOS DO PROCESSO nº 0900018-52.2016.8.24.0014**

**PROCURADOR(A) VINCULADO(A): Weber Luiz de Oliveira**

**PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Santa Catarina**

**CPF: 76.276.849/0001-54**

Senhor(a) Consultor(a),

Com meus cumprimentos, por determinação do Procurador do Estado acima mencionado, referente à ação judicial acima identificada, venho informar o recebimento de intimação de **SENTENÇA** que julgou parcialmente procedente o(s) pedido(s) da inicial, para ciência e providências, conforme decisão abaixo:

**"III - DISPOSITIVO:**

Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal, a fim de:

1. **ABSOLVER** todos os requeridos das infrações previstas no art. 11, caput, I e II, da Lei n. 8.429/92, em razão da aplicação retroativa da lei mais benéfica (Lei n. 14.230/21), nos termos da fundamentação.

2 . **ABSOLVER** os requeridos EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA, JANICE SCHOSSLER RAUPP, VANDERLEI LUIZ RAUPP E JACSON BRANDALISE das infrações previstas no art. 10, VIII, da Lei n. 8.213/91, nos termos da fundamentação.

3. **CONDENAR** o requerido LUIZ ANTÔNIO ZANCHETTI, como incurso no art. 10, VIII, da Lei n. 8.429/92, às sanções previstas no art. 12, II, da referida lei:

3.1 Perda da função pública; e

3.2 Suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, ambas pelo prazo de 10 (dez) anos;

4 . **CONDENAR** os requeridos MIGUEL ATÍLIO ROANI, ARILTON DOS SANTOS CLEZAR, ADEMIR CARNIEL, CRISTIANE SALETE ROANI, RAFAEL ROANI e HIDROANI POÇOS ARTESIANOS LTDA., como incursos no art. 10, VIII, da Lei n. 8.429/92, às sanções previstas no art. 12, II, da referida lei:

4.1 Suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, ambas pelo prazo de 10 (dez) anos;

5 . **CONDENAR** os requeridos ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA., LUCIANO DAL PIZZOL, CLAUDIO FREDERICO MAY, AQUÁTICA POÇOS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA DO CONTENCIOSO**

---

ARTESIANOS LTDA., ARIEL CARLOS CALDART e GERALDO CALDART, como incurso no art. 10, VIII, da Lei n. 8.429/92, às sanções previstas no art. 12, II, da referida lei:

5.1 Suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, ambas pelo prazo de 5 (cinco) anos;

6 . **ANULAR** o processo licitatório n. 04/2013, carta convite n. 02/2013, e, via de consequência, o contrato administrativo dele proveniente (carta contrato n. 07/2013, evento 1, INF 537-546), pois oriundos ilegalidades, o que acarreta a invalidação total do aludido certame, do contrato administrativo e demais atos deles decorrentes, sem direito a indenização pelos serviços parcialmente prestados pela empresa ré, nos termos dos arts. 49, § 1º e §2º, e 59, caput e parágrafo único, ambos da Lei n. 8.666/19931.

7. **CONFIRMO** a decisão liminar constante do evento 152.

Determino o levantamento das averbações sobre a existência da presente ação e eventuais restrições promovidas nos bens dos requeridos em virtude da presente ação. Providencie-se o necessário.

Custas finais, se houver, pelos requeridos (Lei n. 8.429/92, art. 23-B, §1º).

Deixo de condenar as partes ao pagamento dos honorários sucumbenciais, porquanto não evidenciada a má-fé (Lei n. 8.429/92, art. 23-B, §2º).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, cumpram-se as determinações do CNJ, notadamente quanto ao preenchimento do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI."

**Ao mesmo tempo:**

- a) informo para ciência da sentença;
- b) solicito o cumprimento em relação ao contrato, no item 6 do dispositivo da sentença;
- c) solicito se há interesse em que se recorra em relação à decretação do contrato, no item 6 do dispositivo da sentença ?

**Prazo para resposta: 5 dias.**

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

**Patrick Santos Borges**  
Assistente Jurídico

Ilmo(a) Senhor(a)  
**Consultor(a) Jurídico(a)**  
Secretaria de Estado da Administração



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA DO CONTENCIOSO**

---

NESTA